



VPSHR IN MOZAMBIQUE BULLETIN

VOLUNTARY PRINCIPLES
SECURITY
AND HUMAN RIGHTS

PLATFORM FOR DIALOGUE ON BUSINESS, SECURITY AND HUMAN RIGHTS IN CABO DELGADO



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

www.cddmoz.org

Quinta - feira, 07 de Novembro de 2025 | Ano 3, n.º 47 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

Projecto Mozambique LNG: As garantias de segurança devem estar alicerçadas nos direitos humanos



Mozambique encontra-se num ponto de viragem, preparando-se para retomar as operações do projecto de Gás Natural Liquefeito (GNL) de 20 mil milhões de dólares em Cabo Delgado, uma província marcada por anos de conflitos violentos, deslocações em massa e erosão da confiança pública. Embora o levantamento da força maior e as recentes garantias de segurança sinalizem um novo impulso para a recuperação económica, também levantam questões urgentes sobre a natureza da segurança e as responsabilidades tanto do Governo como

das empresas. Incidentes passados que incluem alegados abusos dos direitos humanos ligados a esforços de protecção militarizados, sublinham os riscos de marginalização das vozes da comunidade e das normas internacionais. À medida que o país retoma o diálogo com os investidores globais e adere à Iniciativa dos Princípios Voluntários, este momento oferece uma oportunidade para redefinir a segurança, não como uma força, mas como um compromisso com os direitos humanos, a transparência e o desenvolvimento inclusivo.

Reinício das operações de GNL em Cabo Delgado em meio a novas garantias de segurança

Desde Outubro de 2017 que a província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, tem sido palco de um violento conflito que afectou as comunidades, as empresas e as instituições públicas. Os ataques deslocaram mais de um milhão de pessoas, causaram mais de 4.000 mortos e destruíram as infraestruturas locais, fragilizando os serviços públicos e comprometendo gravemente a confiança entre as comunidades e as autoridades.

Neste contexto frágil, o Projecto Mozambique LNG, liderado pela TotalEnergies, foi obrigado em 2021 a invocar a cláusula de força maior, suspendendo um dos maiores investimentos privados da África, estimado em 20 mil milhões de dólares. Quatro anos depois, a TotalEnergies anunciou o levantamento da força maior, após o que descreve como “garantias de segurança” do Governo de Moçambique¹. A decisão, confirmada em carta

datada de 24 de Outubro de 2025, coincide com a assinatura do Acordo sobre o Estatuto das Forças (SOFA) entre Moçambique e o Ruanda, que garante a permanência das tropas ruandesas em Cabo Delgado durante a fase de construção do projecto².

Embora este desenvolvimento possa marcar um ponto de viragem para o sector energético de Moçambique, as garantias de segurança por si só não asseguram estabilidade ou legitimidade. As experiências dos últimos cinco anos revelam que os arranjos de segurança não regulamentados ou opacos, sejam públicos ou privados, podem aprofundar a desconfiança da comunidade e alimentar ainda mais a instabilidade. Com o retomar das operações, a segurança em Cabo Delgado deverá ser redefinida em torno dos direitos humanos, da responsabilização e da inclusão da comunidade.

Lições aprendidas com erros do passado

Um relatório publicado pelo Jornal *Politico* e de outros observadores independentes documentaram alegados abusos de direitos humanos ligados às operações de segurança do projecto Mozambique LNG, na Península de Afungi³. Em particular, um massacre ocorrido em 2021 teria envolvido forças do Governo moçambicano, resultando na morte de pelo menos 97 civis. Essas mortes foram associadas a operações de segurança destinadas a proteger a infraestrutura do projecto de ameaças dos extremistas violentos⁴.

Embora o Governo e as partes interessadas corporativas tenham enfatizado a necessidade de uma segurança robusta para salvaguardar os investimentos, esses incidentes revelam o peri-

go de priorizar respostas militarizadas em detrimento de abordagens centradas na comunidade. O uso da força nesses contextos frequentemente exacerba as queixas locais, alimenta ciclos de violência e mina a confiança entre as comunidades e as autoridades.

Os incidentes, se confirmados, apontam para os perigos de privilegiar a segurança por meio de uma óptica militarizada, negligenciando os direitos e a dignidade das populações afectadas. Eles também ressaltam a necessidade urgente de uma governação de segurança transparente e baseada em direitos, em consonância com padrões internacionais como os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos (VPSHR).

¹ <https://www.diarioeconomico.co.mz/2025/10/27/oilgas/area-1-acordo-com-o-ruanda-foi-crucial-para-fim-da-forca-maior-no-projecto-mozambique-lng/>

² <https://opais.co.mz/acordo-entre-mocambique-e-ruanda-nao-representa-criacao-de-nova-alianca-militar/>

³ <https://www.politico.com/news/mozambique-massacre>

⁴ <https://www.politico.com/news/mozambique-massacre>

Direitos Humanos no Cerne das Garantias de Segurança

As recentes garantias do Governo moçambicano e a assinatura do SOFA com o Ruanda são marcos importantes, mas a segurança não pode ser equiparada à militarização. A verdadeira estabilidade em Cabo Delgado depende de abordagens inclusivas e baseadas nos direitos humanos que abordem tanto as preocupações imediatas de segurança quanto as causas profundas do conflito como a pobreza, a marginalização e a falta de participação da comunidade na gestão dos recursos.

Para esse fim, os VPSHR fornecem uma estrutura importante. Desenvolvidos para orientar empresas extractivas e de energia que operam em ambientes de alto risco, os VPSHR definem princípios claros para garantir que os mecanismos de segurança respeitem os direitos humanos e operem de forma transparente. Esses princípios incluem:

Respeito pelos direitos humanos em todas as operações de segurança, tanto públicas quanto pri-

vadas, garantindo que a força seja usada somente quando estritamente necessária e proporcional.

Treinamento e supervisão de pessoal de segurança para prevenir abusos e fortalecer os mecanismos de responsabilização.

Envolvimento contínuo e de boa-fé com as comunidades afectadas para promover confiança, transparência e identificação precoce de riscos.

Procedimentos claros para relatar, investigar e remediar violações de direitos humanos, garantindo que as vítimas tenham acesso à justiça.

A implementação desses princípios não deve ser simbólica, mas operacional, incorporada em contratos, sistemas de monitoria e parcerias com a sociedade civil. Empresas como a TotalEnergies, que operam em um contexto pós-conflito e frágil, têm uma responsabilidade ainda maior de demonstrar a devida diligência e transparência em todas as etapas da implementação do projecto.

Envolvimento de Moçambique na Iniciativa dos Princípios Voluntários

A recente admissão de Moçambique como membro “Governo Engajado” da Iniciativa de Princípios Voluntários (IPV) representa um passo igualmente importante no fortalecimento da responsabilização nacional e da governação corporativa. Esse *status* reflecte o compromisso do Governo em alinhar as suas políticas e práticas aos padrões internacionais de direitos humanos na gestão da segurança pública e privada em torno de projectos extractivistas.

Contudo, a adesão formal é apenas o primeiro passo. O verdadeiro desafio está em transformar

esse compromisso em acções concretas, garantindo que todas as empresas que operam no país, do sector mineiro ao energético, adoptem integralmente os princípios dos VPSHR nas suas operações.

Ao integrar os VPSHR nos quadros de segurança, Moçambique tem a oportunidade de dar um exemplo regional de como as indústrias extractivas podem coexistir com os direitos humanos e a paz sustentável. Esta abordagem protege as comunidades e reforça a confiança dos investidores, reduzindo os riscos reputacionais e operacionais.

Rumo a uma recuperação sustentável e baseada em direitos

O levantamento da força maior e a possível retomada das operações do Projecto Mozambique LNG oferecem esperança de revitalização económica. No entanto, garantias de segurança que ignoram considerações de direitos humanos são inerentemente frágeis. Um retorno à normalidade sem abordar as queixas e o trauma vivenciados pelas populações locais correria o risco de perpetuar ciclos de violência e exclusão.

Portanto, à medida que Moçambique entra numa nova fase de desenvolvimento energético, a segurança deve ser concebida como um bem

público partilhado, alicerçado nos direitos humanos, na participação das comunidades e na transparência. Garantir o cumprimento dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos (UNGP) e os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos (VPSHR) em todos os níveis: governamental, empresarial e operacional, será essencial não só para prevenir novos abusos, mas também para construir as bases de uma paz duradoura, da responsabilização e do desenvolvimento inclusivo em Cabo Delgado.



MISSÃO:

Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Autores: Hélio Sitoe e Abdul Tavares
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

